



**MIGRAÇÕES E TERRITORIALIDADE: GUARANIS NA FRONTEIRA
TRINACIONAL DE ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI (1990-2020)**

**MIGRATION AND TERRITORIALITY: GUARANIS ON THE TRINATIONAL
BORDER OF ARGENTINA, BRAZIL AND PARAGUAY (1990-2020)**

Resumo: Considerando a cultura de mobilidade indígena Guarani no território entre fins do século XX e as primeiras décadas do século XXI, este artigo faz uma breve revisão bibliográfica acerca das migrações internacionais para situar as migrações Guarani na região da fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai. Nesse sentido a noção de fronteira é aqui ligeiramente considerada como recurso dispensado para melhor analisar as migrações contemporâneas de indígenas Avá-Guarani através do território na referida fronteira. À guisa de uma conclusão, faz-se algumas considerações acerca do estudo em pauta com o auxílio da história.

Palavras-chave: Fronteiras. Migrações. Território.

Abstract: Considering the Guarani indigenous mobility culture in the territory between the end of the 20th century and the first decades of the 21st century, this article makes a brief bibliographic review about international migrations to locate Guarani migrations in the region of the trinational border between Argentina, Brazil and Paraguay. In this sense, the notion of frontier is here slightly considered as a resource dispensed to better analyze contemporary migrations of indigenous Avá-Guarani across the territory of that frontier. As a conclusion, some considerations are made about the study in question with the help of history.

Keywords: Frontiers. Migrations. Territory.

Edson Dos Santos Junior
Historiador,
pela Universidade
Federal de São Paulo (Unifesp).
Mestrando em História e
graduando em Relações
Internacionais e Integração, na
Universidade Federal da
Integração Latino-americana
(UNILA)
edson.santos.junior@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1025.08>

Ajustando as lentes

Este artigo procura realizar uma breve revisão da literatura acerca das migrações internacionais com o propósito de aproximar esta temática com as migrações Avá-Guarani na região da fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai. Neste sentido, o ponto de aproximação entre essas questões é uma ligeira consideração acerca das acepções de fronteira no território, para o que esse trabalho é ensejado com o auxílio da história e da historiografia, apreço pela revisão bibliográfica e apoio em uma bibliografia transdisciplinar que pode ser útil a uma problematização das fronteiras no território diante do modo de vida Avá-Guarani, entre fins do século XX e primeiras décadas do século XXI. Tal propósito não é abordar os indígenas como refugiados ou estrangeiros em sua própria terra, mas apreender suas particularidades através do contraste com outros perfis de migrantes.

Assim, as migrações internacionais contemporâneas são um tema ou conjunto de questões observadas a partir de diferentes domínios de saber, geralmente marcado pela predominância das mobilidades humanas através dos territórios e ao longo do tempo. Parece-nos importante comparar diferentes razões para essas mobilidades, enquanto um fenômeno histórico que atravessa as fronteiras dos Estados nacionais, aludindo às relações internacionais a partir das migrações. Antes de situarmos algumas questões referentes aos povos Guaraní no atual período histórico, é preciso fazer algumas breves considerações sobre o assunto.

Sendo este um tema apreciado por diferentes autores e autoras, a partir das mais distintas visões de mundo e situações, realizamos uma seleção de pontos a partir dos quais analisar um quadro geral das migrações diante dos Guaraní atualmente. Deste modo, a escolha de problemas de análise e espaço-temporalidades¹ específicos observaram alguma relevância para o conjunto das reivindicações indígenas em defesa de suas terras, territorialidade e direitos. Em todo caso, procuramos considerar diferentes aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos para uma abordagem adequada do assunto em perspectiva histórica.

Segundo Bartolomeu Melià (1981), foi bastante comum o registro de diferentes tipos de reducionismo acerca dos povos Guaraní, do ponto vista etnográfico, elaborados a partir da invasão europeia às terras indígenas. Analisando a primeira documentação jesuítica (1594-

¹Discuto a ideia de espaço-temporalidade no artigo *Espacio-temporalidad en las migraciones*, Revista Orbis Latina, 2018, pp. 136-150.

1639), o autor indica problemas de fragmentação e redução na literatura etnográfica acerca dos Guarani, “através de atos que pretendem decididamente a aculturação” (MELIÀ, 1981, p. 4).

No entanto, Melià observa que existem noções da cosmologia Guarani que estão presentes naquela documentação e que aparecem atualmente através de diversas expressões da cultura desses povos, como a noção de *Nhandereko*, que segundo o autor pode ser traduzida como “nosso modo de ser”, mas que envolve também outros significados. A esta noção encontra-se associada a noção de *Tekoha*, espaço e lugar onde este modo de ser Guarani realiza-se, envolvendo simultaneamente relações culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas, de modo a assegurar a liberdade e possibilidade desses povos em manter e reproduzir a sua identidade étnica (MELIÀ, 1981, p. 5-10).

Para Melià (1981, p. 10), as migrações Guarani possuíam e ainda possuem um caráter místico e religioso, nada nos levando a acreditar que fatores exclusivamente econômicos, por exemplo, os motivaram e motivam a migrar. Sem dúvida, a migração é para os Guarani uma prática ancestral e contemporânea, atual, inspirada tanto em suas necessidades quanto em sua cosmologia, estando as dimensões material e simbólica profundamente articuladas nessas práticas. Referindo-se às migrações, o *Xeramõi* Augustinho da Silva² dá-nos uma ideia sobre o seu significado:

Antigamente, os mais velhos caminhavam, iam de um lugar para outro, mas eles não caminhavam só por querer. Era *Nhanderu* que iluminava o caminho, que dizia para fazer a viagem. Onde tinha ruínas, as *Tava*, eram os *Nhanderu Mirim* que trabalhavam ali. Quando os Guarani andavam, eles paravam onde *Nhanderu* dizia pra eles pararem. A ruína foi feita através da história. *Nhanderu* iluminava o caminho pra seguirem a viagem, porque ele queria que chegassem onde ele estava com o corpo e com o *nhe'e*. Os *Karai* rezavam e, através dessa reza, *Nhanderu* iluminava o caminho, determinando por onde eles iam andar, e onde eles iam descansar. Vocês estão vendo aqui, nesta aldeia, como é a reza. Antigamente, tinha muita reza pra poder alcançar *Yvy Marã'ey* (*Xeramõi* Augustinho da Silva - *Karai Tataendy Oka, Tekoa Guyra'i tapu*, Paraty, RJ, 2015).

Demonstrando uma capacidade incrível para a articulação de sua cultura entre diferentes temporalidades, o *Xeramõi* Augustinho da Silva explica-nos como as migrações Guarani são um processo complexo de diferentes aspectos de experiência para os seus povos. Bartolomeu

² Projeto Pesquisadores Guarani no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani - Santa Catarina e Paraná, agosto de 2014 e novembro de 2015 (*Guata Porã* - Belo Caminhar, São Paulo, 2015, pp. 34).

Melià menciona um estudo em torno da expressão *Yvy Marã'ey*, a partir da qual discute o esforço de tradução da cultura Guaraní, que se pode encontrar nas fontes históricas produzidas por sujeitos não indígenas. Para o autor, essa expressão foi corriqueiramente traduzida por “solo intacto, que ainda não foi edificado” (MELIÀ, 1981, p. 10), demonstrando, por sua vez, que existe em tais fontes o registro de uma outra prática colonial, a aculturação.

Através de um texto escrito durante o contexto social e político do golpe parlamentar no Brasil contra a presidenta Dilma Rousseff e a expressão de força dos trabalhadores e trabalhadoras que a elegeram, Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 2) observou a banalidade das concepções políticas incapazes de considerar os movimentos indígenas a partir de suas cosmologias. Para ele, da mesma forma, tal incapacidade está presente em abordagens sociológicas que acabam por “reduzir fenômenos e instituições” indígenas ao caráter de “metáforas ou alegorias”, quando não às “ideologias”, resultando em um artifício colonialista utilizado para o estudo de sociedades complexas.

Vale pensar em torno de algumas definições sobre o que é ser ou não indígena. Em respeito disso, há diferenças entre indígenas e nacionais, por exemplo: Viveiros de Castro afirma que “ser indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas”; para este autor, ser brasileiro é algo diferente, como “pensar e agir e se considerar (e talvez ser considerado) como ‘cidadão’, isto é, como uma pessoa definida, registrada, vigiada, controlada, assistida _ em suma, pesada, contada e medida por um Estado-nação territorial” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 4).

Crítico da atuação histórica dos Estados ainda hoje com relação aos indígenas, Viveiros de Castro encontra no discurso da mestiçagem uma estratégia, entre outras, para eliminação dos indígenas e transformar aqueles e aquelas remanescentes em pobres ou, no máximo, em cidadãos. Assim, “na lógica do explorador, o ideal seria transformar todos em pobres, moradores das periferias das cidades, dependentes de programas de governo”. Neste caso, é importante ainda alientar as observações do autor no que se refere à condição do “pobre”, que ele não hesita em identificar como “proletário”: diferente daquilo que o indígena entende que é ou deseja ser (Viveiros de Castro, 2017, p. 6-7).

Um quadro contemporâneo das migrações diante dos Guaraní

Para uma consideração inicial em torno das migrações internacionais, parece-nos importante considerar inicialmente um de seus pressupostos básicos, como o nacionalismo. Segundo Benedict Anderson (1993, p. 19), embora o “fim do nacionalismo” tenha sido algumas vezes divulgado, nada nos faz acreditar atualmente que ele cessará, pois “de fato, a nacionalidade é o valor mais universalmente aceito na vida política de nosso tempo”.

Anderson escreveu estas linhas ao comentar sobre o que chamou de “Estados Marxistas” e uma de suas contradições em apontar para o fim do nacionalismos ao passo que, na prática, acabaram reforçando-os em vez de superá-los. “Seria mais correto afirmar que o nacionalismo tem sido uma anomalia incômoda para a teoria marxista e que, precisamente por isto, tem sido contornado em grande medida, mais que confrontado” (Anderson, 1993, p. 20). Polêmica, esta questão leva-nos a pensar sobre a ideia de nação.

Concebendo a nação enquanto uma comunidade política imaginada, visto que seus compatriotas não conseguiriam conhecer efetivamente a cada um dos membros da nação de que fazem parte, isto é, entendendo-a como uma imagem de comunhão entre seus membros, Anderson (1993, p. 23-25) reconheceu fronteiras muito bem delimitadas para as nações. Além disso, mesmo que seja possível reconhecer que as nações estão marcadas por desigualdades sociais de todo tipo, uma outra característica sua é que elas são concebidas como se existissem sob um profundo e genérico companheirismo. Naquilo que se refere ao processo migratório, se somos consideramos a nacionalidade de quem migra, vale salientar que a ideia de simultaneidade pode ser analisada na experiência dos sujeitos envolvidos:

Com razão destaca Auerbach que a ideia de *simultaneidade* é inteiramente estranha para nós. Ela considera o tempo como algo semelhante ao que [Walter] Benjamin chama de tempo messiânico, uma simultaneidade entre o passado e o futuro em um presente instantâneo (ANDERSON, 1993, p. 46).

Essa ideia de simultaneidade é bastante profícua para uma concepção de transnacionalidade que existe sob o registro do passado e frente ao ânimo do futuro, reunidos no presente experimentado pelo sujeito migrante, enquanto transição, dado que as tensões entre permanência e impermanência atravessariam a experiência migratória. Analisando as migrações com as lentes da sociologia, Elisa Sasaki e Gláucia Assis (2000, p. 2) recuperaram o texto de Richmond (1988), em que o autor refere-se a pensadores que se tornaram clássicos em sua área, como Malthus, Marx, Durkheim e Weber, para demonstrar que esses autores tiveram

em comum a leitura do processo migratório como consequência do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e urbanização.

Segundo as autoras, para esses pensadores clássicos o processo migratório era visto como uma questão residual, desdobramento ou consequência de um outro processo mais amplo e mais profundo que envolvia o capitalismo, a indústria e as cidades.

Entretanto, no início do século XX, os sociólogos americanos foram levados a colocar a migração como um problema, dada a crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos. Essa mobilidade, decorrente do crescimento populacional e das crises econômicas naqueles países, gerou um intenso debate político nos Estados Unidos, sobretudo tendo em vista a preocupação emergente nesse país com a constituição da sociedade frente à presença de imigrantes, debate este que ainda hoje é bastante polêmico (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 3-4).

O estudo do caso estadunidense como uma das principais referências para aquilo a que se referem as autoras, provavelmente se deve ao que os Estados Unidos representam no cenário mundial, em termos de desenvolvimento do capitalismo, de industrialização e urbanização. Aludindo a um aspecto importante desse processo, qual foi o avanço das tecnologias aplicadas aos transportes e comunicações, as autoras tratam das chamadas “redes de migração”, ao comentarem a respeito dos “novos economistas” que escreveram sobre o assunto durante o decênio de 1970:

Nos anos 70, estudiosos analisaram os processos de redes de migração e o papel que parentes e amigos desempenhavam no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. Entretanto, os padrões de migração recente e novas conceitualizações da migração concentram mais interesses na importância da família, amigos e origem comum que sustentam essas redes. Neste sentido, as migrações recentes resultariam também de um momento do desenvolvimento das redes sociais, mais do que apenas decorrência de crises econômicas (SASAKI e ASSIS, 2000, p. 10).

É interessante aludir ao desenvolvimento das redes sociais de informações e auxílio aos migrantes, assim como analisar a luta de classes e o comportamento de sujeitos históricos, frente ao desenvolvimento das forças produtivas (Marx, 1977, p. 24-25), uma vez que “o enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas” (Sasaki e Assis, 2000, p. 13). A partir disto, percebe-se que a própria ideia de fronteira é atravessada por ambivalências.

Essas fronteiras mencionadas pelas autoras remetem-nos, novamente, à questão da nação, já considerada como uma comunidade imaginada (Anderson, 1993). A esse respeito,

José Moya (2009) tem um posicionamento particularmente distinto: “(...) a razão principal da persistência de perspectivas nacionais é mais mundana, relacionando-se mais com uma inércia acadêmico-institucional do que com antolhos ideológicos” (Moya, 2009, p. 219). Contudo, a perspectiva de Moya, parece-nos, não diverge radicalmente da de Anderson, pois ambos situam suas concepções no campo simbólico, sendo que o primeiro aponta para a produção acadêmica e o segundo para um âmbito socialmente difuso.

No entanto, Moya (2009, p. 218) destaca-se dos demais autores e autoras mencionadas até aqui ao escrever sobre o processo migratório em perspectiva de ondas históricas e sublinhando as migrações transatlânticas como singulares, “nada igual a isso aconteceria novamente até o início de uma segunda onda de migração global nos últimos anos do século XX, quando a intensidade dos anos anteriores à I Guerra Mundial foi alcançada em números absolutos”. Além disso, o autor contribui com o debate sobre o assunto ao ressaltar que não é suficiente considerar o local de destino dos migrantes para o estudo das migrações, sendo imprescindível considerar também o local de origem deles.

O que gera uma espécie de hiperambientalismo que tenta explicar tudo a partir do ambiente hospedeiro, ao passo que desconsidera tanto o contexto cultural anterior à migração quanto às formas de migração, ambos fatores que afetavam fortemente a adaptação dos indivíduos chegados a seu novo ambiente. A abordagem centrada na nação hospedeira também trata a migração como um fluxo de mão única, quando, na verdade, ela é composta de uma série de movimentos que incluem a residência permanente e temporária, o retorno, viagens de ida e volta entre os países de onde partiam e o hospedeiro e a realocação de um destino a outro, fora do local de origem (MOYA, 2009, p. 219).

Considerar conjuntamente os locais de origem, passagem e chegada dos migrantes é pensar o processo migratório como realidade aberta ao campo das possibilidades, que podem vir a se concretizar ou não, atribuindo aos diferentes atores sociais adequada dimensão de sujeitos históricos. Em uma abordagem como esta, o contexto cultural anterior à migração não é ignorado e supõe-se que o migrante não se despoja do acúmulo cultural que possui ao dirigir-se para outro lugar. Portanto, as relações entre permanência e impermanência dos migrantes entre locais de origem, passagem e chegada apontam para a ideia de mobilidade enquanto um deslocamento socialmente impulsionado.

Ao lado de Sasaki e Assis (2000), Moya (2009, p. 223) salienta o papel do avanço tecnológico sobre a experiência migratória, citando uma “afirmação do parlamentar italiano Enrico Ferri”, para quem “o mais poderoso agente de imigração”, como ele lembrou, “não foi

o exército de recrutadores que os governos e empresas enviaram”, uma vez que alterações estruturais no conjunto da sociedade estiveram na centralidade das mudanças observadas:

As inovações do século XIX referentes ao transporte marítimo e terrestre foram, portanto, uma condição *sine qua non* tanto para o maciço comércio transatlântico, quanto para a migração transatlântica em larga escala, movimentos que estavam intimamente interligados (MOYA, 2009, p. 224).

O autor salienta que a conexão entre desenvolvimento tecnológico e movimentos migratórios influenciou sobre a sociedade estadunidense do século XX, pois “esses processos interligados de expansão demográfica, travessias transatlânticas, inovações tecnológicas e transformações econômicas elevaram drasticamente a importância da América do Norte no mundo” (MOYA, 2009, p. 226). Entretanto, José Moya omitiu-se em relação à inesquecível construção social do racismo e da escravidão ao mencionar a migração transatlântica.

Analisando as motivações para a saída do migrante desde o seu local de origem, Herbert Klein (2000) dedica-se a explicar essa mobilidade, no sentido das condições econômicas que envolveram fatores de atração e expulsão desses sujeitos. Deste modo, o autor sublinhou que lhe parece necessário compreender o que mudou em tais condições incidindo sobre esses fatores. Pois,

Quase todos os analistas afirmam hoje que, principalmente após 1870, os fluxos migratórios e as condições econômicas da América estavam estreitamente relacionados. Informações sobre as condições de emprego, em especial, estavam agora prontamente disponíveis em poucas semanas, nos principais países europeus de emigração. O grande número de viagens marítimas também garantia contato constante e relativamente imediato com todas as nações americanas do Atlântico (KLEIN, 2000, p. 23).

Conforme Klein (2000) demonstra, a partir do caso europeu, há relações de continuidade mas também de mudança entre as condições econômicas, organismos políticos e instituições sociais. Ao concentrar-se no que chamou de fatores de atração e expulsão, o autor apontou para a existência de uma determinada autonomia entre essas condições e as migrações. De um outro modo, significa dizer que as estruturas sociais não determinam sozinhas os destinos de migrantes, sem que os mesmos pudessem fazer alguma diferença sobre seu próprio futuro. No entanto, o autor não demonstra se há conflitos de classe entre esses sujeitos e outros, naquilo que ele indica como razões para a migração, ou seja, nos tais fatores de atração e expulsão. Ao

considerar, assim como os demais autores e autoras aqui mencionados, o espaço americano, Klein afirma que:

Portanto, embora as fontes sejam diferentes no último terço do século XX e tenha mudado a natureza dos mercados de trabalho americanos, a migração internacional ainda constitui um aspecto fundamental do desenvolvimento americano em todo o hemisfério (KLEIN, 2000, p. 31).

A análise do caso estadunidense e de sua influência sobre a história das Américas permite-nos reler de maneira crítica alguns dos autores clássicos mencionados por Sasaki e Assis (2000), observando em que medida as mobilidades e migrações foram de fato residuais ou pouco importantes para a compreensão da história de povos como os Guarani, ou uma consequência menos importante do desenvolvimento do capitalismo, da industrialização e da urbanização. É isto o que Klein (2000) está contradizendo, em vista dos tais clássicos, ao apontar para o processo migratório como fundamental, como se pode notar a partir do excerto de texto supracitado.

Uma questão interessante, entre outras, a se considerar para o estudo das fronteiras é o apreço pela coesão territorial. Colocada nos termos de uma reflexão que se supõe comprometida com outro tipo de desenvolvimento, ela pretende envolver “múltiplos atores, dimensões e escalas” (MORALES, 2013, *apud* BARRAGÁN, 2017, p. 45), com vistas para problemas como as assimetrias sociais de poder e as precariedades das formas de vida. Ainda concentrada no potencial estimado das políticas públicas através dos Estados nacionais, a discussão acerca desse assunto indica um “paradigma do desenvolvimento territorial”, para o qual haverá tanto mais desenvolvimento nos territórios quanto melhores forem as suas condições de coesão (Barragán, 2017, p. 46).

O problema é que esse paradigma aponta para algum tipo de renovação do desenvolvimento da modernidade capitalista, que não tende de modo algum a beneficiar os povos indígenas. Voltados para os diversos mecanismos, inclusive institucionais, de interação entre Estados contíguos, ele procura discernir entre as ideias de fronteira e limite territorial como uma maneira, entre outras, para melhor definir a atuação e abrangência das políticas públicas entre os tais Estados. Assim, as fronteiras são compreendidas como regiões ou zonas favoráveis para as interseções de tais políticas e os limites são nada mais que linhas imaginárias, traçadas de modo arbitrário, que correspondem a diferentes países (Hernández, Morales, Ramírez, 2014 *apud* Barragán, 2017, p. 46-47).

Em todo caso, o problema das assimetrias sociais é considerado pelo conceito de coesão territorial (Barragán, 2017, p. 48), com vistas para a participação cidadã na vida pública, o desenvolvimento das capacidades envolvidas com a cooperação regional, o compartilhamento de recursos territoriais em diferentes níveis administrativos, entre outros pontos, ignorando sobretudo as experiências históricas dos povos indígenas com o manejo do território, com a produção e reprodução social dos espaços, suas dinâmicas de territorialidade e abrangência social através das práticas migratórias que possuem sentidos particulares e cosmológicos. Evitar esta acepção restritiva do conceito de coesão territorial implica em aceitar os povos indígenas na centralidade das decisões sobre o assunto, admitindo que os mesmos possam liderar uma perspectiva e sentido de coesão territorial capaz de colocar a ampla defesa da vida, da natureza e o *Nhandereko*, no caso Guarani, também como prioridade.

Mobilidades e sociedade frente ao estudo das migrações Guarani

O fenômeno migratório pode ser considerado desde a perspectiva do materialismo histórico, como o fez Rogério Haesbaert da Costa (2007) em dedicar-se ao estudo da questão do “fim dos territórios”. O autor acredita que a modernidade representada pelo desenvolvimento do capitalismo, da industrialização, da urbanização, das ciências e tecnologias aplicadas aos transportes, às comunicações e sistemas complexos de informação, têm-nos levado ao que ele chamou de multiterritorialidade. Mas é preciso saber em quê isto resulta para os povos indígenas.

Essa é uma perspectiva que se encontra limitada para o estudo das sociedades indígenas contemporâneas, pois a ideia de materialismo histórico, anunciada por Friedrich Engels (1970), carrega consigo os pressupostos eurocêtricos e epistemológicos que procuram universalizar uma determinada visão de mundo sobre as demais, baseando-se no discurso científico europeu, próprio do século XIX, que acabou entre outras questões por ignorar o racismo, enquanto uma construção histórica, social e etnocêntrica fundamentada no imaginário racial moderno, evolucionista e colonialista (Quijano, 2005). Assim, feito os homens de seu tempo, Karl Marx e Friedrich Engels (1972, p. 43) compreendiam a América Latina como um espaço onde se deu a acumulação originária, indispensável para a expansão do capitalismo enquanto sistema. No entanto, a compreensão de ambos sobre esse processo histórico foi equivocada no que se refere aos povos indígenas, vistos por eles como “bárbaros”. Neste sentido, alguns modelos de análise

das modernas sociedades de classes, segundo o materialismo histórico, carecem de considerar o racismo como um aspecto central para a análise das atuais sociedades latino-americanas e caribenhas.

Desta modo, “trata-se de uma leitura mais ampla que projeta a desterritorialização (mesmo sem o uso explícito do termo) como uma das características centrais do capitalismo, e, mais ainda, da própria modernidade” (Costa, 2007, p. 22). A desterritorialização e a multiterritorialidade foram, portanto, provocadas pela modernidade, enquanto dois aspectos diferentes de um mesmo processo histórico. Esse processo impactou a existência dos povos indígenas de um modo abrangente, resultando não apenas em uma mobilidade forçada mas em uma série de consequências econômicas, socioambientais e culturais entre outras ainda hoje irreversíveis.

Concordando com Haesbaert da Costa (2007) no que se refere à ideia de simultaneidade, subscrita por Anderson (1993), observamos que as práticas transnacionais apoiaram-se na modernidade para alcançar outros espaços e povos. Com os avanços científico-técnicos, tornou-se possível a presença simultânea em diferentes espaços, a pressão e o controle sobre as populações, de maneira cada vez mais sofisticada por empresas e pelos Estados nacionais. Isto foi possível em um determinado período histórico, no qual as condições de desenvolvimento das forças produtivas viabilizaram um estado global de modernidade, o imperialismo (Dos Santos, 2011).

Esta modernidade provocou ainda a afirmação, enquanto uma de suas reações ou sintomas, de uma variedade de identidades que não deixa de aludir ao lugar social ocupado pelos sujeitos e sujeitas que ela envolve. Assim, migrantes podem recorrer às mais diversas razões para se reconhecerem de tal ou qual maneira, o que não significa que essa variedade identitária resultou no abandono das relações sociais de trabalho. Em vista disso, o estudo das migrações contemporâneas precisa observar o desenvolvimento capitalista que, ao longo da história da modernidade na América Latina e Caribe, fez pesar o racismo contra os povos indígenas, sobretudo através da escravização dos mesmos.

Tal desenvolvimento demonstra uma incompatibilidade existente entre crescimento econômico e distribuição das riquezas socialmente produzidas, com destaque para as desigualdades socioculturais apoiadas no racismo a que nos referimos e nos impactos socioambientais que dele decorrem por meio da espoliação e esbulho dos territórios indígenas. Relacionada ao racismo ambiental, a transfiguração dos interesses das elites e classes

dominantes em interesses nacionais demonstra que “os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas” (Fernandes, 1975, p. 12-19).

Quanto ao que se refere às relações entre as dinâmicas econômicas, os processos migratórios e suas tendências, por exemplo, Cunha e Baeninger (2005) além de Dota e Queiroz (2019), indicam que houve entre as décadas de 1970 e 1980 um movimento migratório articulado, por um lado, com a mobilidade em direção aos centros urbanos e, por outro, articulado com a interiorização do desenvolvimento, o que se verifica principalmente no período entre as duas décadas. Entretanto, essa tendência é rompida nos anos 1990, ao contrário do que se previra, com o aumento dos volumes migratórios, especificamente da emigração a partir do Nordeste brasileiro (Dota e Queiroz, 2019, p. 417). Esses estudos não apontam quantos e quem eram os migrantes indígenas oriundos dessa região.

Segundo John Manuel Monteiro (1992, p. 475), a história Guarani começa por lançar um desafio crítico “tanto para a etnografia quanto para a historiografia sul-americanas”. A historicidade das migrações Guarani observa fatores bastante diferentes daqueles majoritariamente registrados pelas sociedades industriais e de consumo, indicando uma outra visão de mundo ou cosmovisão, outros sentidos, significados e valores:

Nota-se, sobretudo nos importantes trabalhos de Alfred Métraux, Pierre Clastres, Hélène Clastres, Branislava Susnik e Bartolomeu Melià, que esta articulação entre observações históricas e etnográficas tem um duplo significado: se, por um lado, os dados etnográficos têm completado informações ausentes nas fontes escritas, por outro, as mesmas fontes históricas têm dado origem a novas perspectivas sobre a cultura guarani, especialmente com respeito à demografia, à organização política, ao profetismo, aos movimentos espaciais de cunho religioso e mesmo à filosofia (VIVEIROS DE CASTRO, 1985 *apud* MONTEIRO, 1992, p. 475).

A reflexão de Monteiro (1992) está atravessada por estudos históricos acerca das sociedades indígenas. Sua preocupação quanto ao diálogo interdisciplinar vai ao encontro daquilo que Eric Hobsbawm (2013) escreveu em um de seus ensaios sobre história, isto é, que a situação é tal que “a história da sociedade não pode ser escrita mediante a aplicação dos poucos modelos disponíveis de outras ciências; requer a construção de modelos novos e adequados”. Neste sentido, a história dos povos Guarani e mais precisamente a sua história contemporânea estão abertas enquanto um desafio intelectual, colocando em questão muitos dos fundamentos da nossa maneira de pensar a própria História.

Para o estudo específico das migrações indígenas, por exemplo, em áreas de fronteira, Marden Campos e Denise Marques (2018, p. 414) contribuem por começar em nos lembrar que antes das fronteiras estabelecidas pelos Estados nacionais, as populações indígenas da América Latina e Caribe moviam-se pelo território sem ter de observar barreiras negativas

e, de repente, se viram envoltos por sociedades que englobaram seus espaços de vida e, algumas vezes, dividira-os entre países distintos. Tornam-se nesse processo, “estrangeiros”, “imigrantes”, ou “refugiados”, além de receberem o rótulo de nacionais de Estados que, muitas vezes, negam-se a aceitá-los como cidadãos (CAMPOS, M. e MARQUES, D., 2018, p. 414).

Situação não menos dramática quando comparada com outros grupos migrantes, é a dos povos indígenas que resistem contemporaneamente a uma condição de exílio, imposta pelos poderes econômico e político dos Estados e de empresas privadas, em que ambos convergem para o esbulho de seus territórios. Segundo Campos e Marques (2018, p. 415), tais deslocamentos são comuns na América Latina e Caribe especialmente em vista desta ser uma região cuja contiguidade geográfica, entre outros fatores, favorecem os fluxos migratórios de modo geral, mas atingem de maneira específica os povos indígenas.

Campos e Marques (2018, p. 418-419) reconhecem que “o modo simplista de interpretar os movimentos migratórios indígenas como indícios de desagregação dessas sociedades” está no centro do problema de reconhecimento e compreensão de muitas de suas reivindicações.

A complexidade da migração dos povos indígenas na atualidade é amplificada quando esses indivíduos cruzam fronteiras entre países. Além das questões econômicas, jurídicas e políticas já envolvidas nas migrações internacionais como um todo, os deslocamentos dos indígenas forçam-nos a incorporar aspectos socioantropológicos e discussões a respeito das relações estabelecidas por diferentes povos indígenas com as realidades dos países de origem e destino dessas migrações (CAMPOS e MARQUES, 2018, p. 425).

Ocorre que segundo Campos e Marques (2018), existem algumas particularidades em torno das migrações indígenas que vão além de envolver aspectos comuns a vários outros tipos de migrações, pois sobre aquelas incidem fatores de diferentes ordens, entre os quais têm predominado um modo de ver os indígenas enquanto povos exclusivamente do passado.

Apontando para a complexidade das migrações Guaraní, o *Karai Jekupe* Adriano Morinico³ da *tekoa Yvy Yvate*, em São Francisco do Sul, Santa Catarina, observa o seguinte:

Nós perguntamos também sobre as caminhadas e por isso nós sabemos por que nossos antepassados não se fixavam em apenas um local, mas estavam em constante movimento. E, realmente, eles não caminhavam por caminhar, mas, sim, faziam caminhadas sagradas em busca mesmo de *Yvy Marã e'y*. E, realmente, isso já acontecia muito antes dos europeus entrarem aqui, já acontecia muito antes da entrada dos europeus. Nas caminhadas não havia só um único caminho. E, isso, os avós contavam. Alguns procuravam terra boa para plantar, e outros eram guiados por *Nhanderu* mesmo. Os objetivos mudavam em alguns aspectos: por exemplo, alguns vão pela iluminação de *Nhanderu*, à procura de *Nhanderu* mesmo, em outra dimensão. Agora, havia alguns que procuravam terra boa. Porque, normalmente, quando está para acontecer algo ruim em algumas aldeias, o *xeramõi* que está ali já vai saber muito antes. Por isso, o *xeramõi* decide partir antes também, e *Nhanderu* já ilumina para ele qual caminho ele deve tomar depois que sair daquele lugar (*Karai Jekupe* Adriano Morinico da *tekoa Yvy Yvate*, em São Francisco do Sul, SC, 2015, p. 36).

Nota-se a partir do discurso do *Karai Jekupe* Adriano Morinico que a cultura de seu povo, Mbyá-Guarani, é movida por múltiplas razões e sobretudo é dinâmica, articulada com a realidade concreta dos territórios que ocupam. Nada resulta de qualquer fantasia ou pura imaginação simbólica. Suas práticas e decisões estão precisamente inseridas em espaço-temporalidades marcadas por determinadas experiências de vida, propósitos ou motivações, como é comum acontecer também entre outros povos. Em todo caso, a transmissão de saberes e experiências ocorre por meio da narrativa entre os seus pares e *Nhanderu*, que acaba auxiliando-os em cada momento desse processo.

A busca por *Yvy Marã e'y*, traduzida geralmente como “terra sem mal” (Clastres, 1978, p. 30-31; Clastres, 1990, p. 11, *apud* Pinto, 2018, p. 129; Melià, 1981, p. 10) pode parecer uma busca meramente religiosa, mas não possui apenas e exclusivamente este sentido. Como vimos com o *Karai Jakupe* Adriano Morinico, alguns migrantes Guaraní procuram terra onde plantar, “terra boa”. Atento às questões jurídicas em torno dos territórios indígenas, Filipe Novaes Pinto (2018, p. 138) observa que o próprio Estado encontra maneiras de determinar o acesso, a

³Projeto Pesquisadores Guaraní no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guaraní - Santa Catarina e Paraná, agosto de 2014 e novembro de 2015. *Guata Porã* - Belo Caminhar, São Paulo, 2015, pp. 36.

mobilidade e os direitos dos povos indígenas sobre a terra, por vezes superficialmente compreendida apenas como um fator produtivo.

Em regiões de fronteiras entre os Estados nacionais, a mobilidade Guaraní pode observar questões ainda mais imbricadas. Por exemplo, a fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai recebe destaque nos estudos de Angélica Horii (2014). A partir dela, a autora sublinha a importância em considerar o sentido e o significado das fronteiras:

Para Pires (2010), a fronteira traz um duplo significado, ambíguo, ao mesmo tempo região que se encontra em permanente área de conflito, e em contrapartida, é o local de trocas e relações culturais. Isso é o que ocorre na região da tríplice fronteira entre Brasil-Paraguai-Argentina. A história nos mostra que o hibridismo cultural formado nessa porção do território, sempre esteve ligado às relações transfronteiriças, ignorando o limite internacional como condição de separação entre as relações sociais, políticas, econômicas e culturais (HORII, 2014, p. 125).

Essa brevíssima consideração feita pela autora acerca das relações transfronteiriças coloca em evidência as arbitrariedades que podemos verificar em um espaço que poderia ainda ser chamado de transnacional, se considerarmos os domínios dos Estados nacionais envolvidos no território. Tais arbítrios incidem sobre todas as populações nesse espaço, bem como de maneira singular sobre os indígenas. Contudo, Horri (2014, p. 127-128) analisa a fronteira como lugar de comunicação, de relações de parentesco e reciprocidade, jamais fronteiras fixas, senão dinâmicas, sendo constituídas e reconstituídas de acordo com as relações culturais entre os povos, em contraste com a maneira com que os Estados têm delimitado as suas fronteiras.

Além das rígidas fronteiras estabelecidas naquele território pelos Estados que administram a região da fronteira trinacional, esse espaço registra também as fronteiras estabelecidas pelo agronegócio e pela usina hidrelétrica de Itaipu, que afetam sobremaneira as comunidades indígenas ali presentes. No caso específico da Itaipu Binacional, é possível observar que houve um desses conflitos registrados pela história marcada pelo progresso econômico de que se pode falar como uma catástrofe para os Avá-Guarani. Evento que aliás poderia ser reconhecido facilmente em seu aspecto trágico para a história, se observado através das lentes de pensadores críticos aos sintomas da história do capitalismo contemporâneo como foi Walter Benjamin (1987).

A espoliação e esbulho do território Avá-Guarani na região da fronteira trinacional provocada tanto pelo agronegócio quanto pela construção de Itaipu, ambas à revelia das decisões indígenas sobre o seu território, adequa-se muito bem ao cenário de que tratou

Benjamin em sua imagem sobre o “anjo da história”. Em uma comparação oportuna, os indígenas da fronteira trinacional foram como o anjo benjaminiano: “seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés” (Benjamin, 1987, p. 226), com a sutil diferença em que se pode dizer que os indígenas mantêm o rosto dirigido para o passado ao mesmo tempo em que para o presente.

Mas as relações da construção de Itaipu Binacional com os Avá-Guarani são ainda múltiplas para o significado das fronteiras no território: provocando a migração forçada desses indígenas por conta do alagamento que se queria para a formação do lago artificial, útil à usina hidrelétrica, a construção de Itaipu fez com que os indígenas pudessem novamente reconhecer um passado de usurpação por eles já experimentado desde a colonização ibérica, de modo que em termos qualitativos para a história, assim como para aquela comunidade guarani, observamos um presente que é a transição (Benjamin, 1987, p. 230). Sobre tal episódio, Elaine Rocha (2018, p. 49) entendeu que o plano de Itaipu para o local “progrediu devagar a princípio, devido à dependência de investimentos externos, mas o período chamado Milagre Brasileiro contribuiu para sua consolidação, reforçando a posição brasileira na rota do desenvolvimento de uma economia multinacional”.

O início da construção da barragem que serviria à Itaipu Binacional coincide com um período em que boa parte dos colonos manifestaram seus interesses sobre as terras agricultáveis. Durante o ano de 1975 ocorre no espaço brasileiro a instalação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), que na prática fortaleceu os interesses políticos e econômicos envolvidos pelo agronegócio (Deprá, 2006, p. 28). Por parte de Itaipu, outra de suas intervenções envolveu a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que segundo Clóvis Brighenti recebeu da empresa binacional um relatório sobre a presença indígena no local:

Em 19 de abril de 1977 o relatório é concebido e entregue à Funai pelo grupo técnico composto por Saul Carvalho Lopes e Wilson Luiz Kogiak. O documento descaracterizou a presença indígena na região, produzindo a “certidão negativa”, e ratificando a ação de esbulho que vinha sendo praticada pelo Incra. É esse grupo que apresentou a solução de assentar os Guarani na margem do lago em tamanho irrisório de terra. Esse relatório embasaria todos os encaminhamentos realizados pela Funai, Incra e Itaipu a posteriori (BRIGHENTI, 2018, p. 99).

O referido assentamento dos Avá-Guarani de que trata Brighenti incluem pressões que culminaram com a violência física contra esses indígenas, além de migrações forçadas. A

avaliação do autor acerca desse processo não culpabiliza as infrações aos direitos indígenas, pois “o direito permanece, mas esse não é acompanhado pela morosidade da ação política” (Brighenti, 2018, p. 105).

Tal tipo de migração indígena que aqui estamos chamando de migração forçada precisa considerar ainda as fronteiras, uma vez que parte desses indígenas lesados quer seja pelo capital agrícola, industrial, imobiliário, especulativo ou outro, migra para o Paraguai ou Argentina além de migrar no Brasil como forma de resistência no território, contra todos os tipos de geopolítica do capital. Ademais, as fronteiras do Estado e do Capital são consideradas por Linda Osiris Cárdenas e Maria Aparecida Webber (2018) que escreveram sobre o aspecto polissêmico da fronteira trinacional aqui em pauta, com destaque à mobilidade Guaraní capaz de questionar as concepções vulgares de fronteira “indicando que mobilizar-se no espaço também é uma forma de construir território” (Cárdenas e Webber, 2018, p. 51). As autoras realizaram ainda um aporte pertinente às relações entre as migrações indígenas e as fronteiras:

No caso das populações Guaraní presentes na Tríplice Fronteira são limitadas por um “cerco articulado” (GUANAES, 2015) que pretendeu e pretende incorporá-los à lógica estatal desenvolvimentista ligada ao agronegócio, comércio e turismo. Esta relação pode ser analisada, inclusive, desde a própria instauração do Estado-nação, que na sua função de “aplanadora cultural” (GRIMSON, 2000, p. 53) procurou incorporar os “outros” homogeneizando formas e modos de ser, pensar, existir e sentir. Podemos perceber assim que há diferentes fronteiras na fronteira, uma vez que os limites, marcos e diferenças não se circunscrevem apenas no território do ponto de vista “moderno”. Apesar de não ser palpável nem se materializar de forma física nos marcos e delimitações territoriais-nacionais, a fronteira simbólica está latente entre indígenas dentro dos territórios nacionais e as nações modernas (CÁRDENAS e WEBBER, 2018, p. 52).

Os aspectos simbólicos que constituem outras fronteiras à territorialidade guarani encontram-se, portanto, com aquelas fronteiras físicas, administrativas, jurídicas, políticas e econômicas de que tratamos aqui, ampliando os significados e diversificando os sentidos da fronteira trinacional entre Argentina, Brasil e Paraguai em um território que ainda não é suficientemente reconhecido como pertencente de maneira especial aos Guaraní. Ao estudar a formação das fronteiras latino-americanas, Fábio Aristimunho Vargas (2017) procura elaborar acerca das relações entre fronteira e território, o que nos parece importante para uma análise do reconhecimento e garantia efetiva dos direitos indígenas, sem a negação do acesso à cidadania para esses povos caso lhes interesse; ele aponta para uma leitura do significado concreto de fronteira, capaz de superar a noção corriqueira a ela atribuída de região limítrofe. “Para além

de sua caracterização como limite territorial, pode ser compreendida como um lugar, um espaço vivenciado em comum pelas pessoas de uma comunidade fronteiriça” (Vargas, 2017, p. 44).

Considerações

Como um assunto que se apresenta inicialmente em caráter transdisciplinar as migrações Guaraní não estão situadas apenas nos campos da história e da historiografia, em vista do que se pode também dizer que sem a história e a historiografia tampouco seria possível alguma compreensão adequada sobre este assunto. O trabalho que se tem nestas páginas não procura resumir o tema tratado, senão apontar para algumas possibilidades de análise a partir de comparações e problematizações pertinentes.

Os diferentes tipos de racismo aos quais aludimos, como o racismo estrutural, institucional, ambiental e até mesmo epistemológico, conformam o atual contexto histórico e cultural em que vivemos; mudanças concretas e objetivas que sejam favoráveis aos povos Guaraní, assim como favoráveis ainda para outros povos indígenas, precisariam atingir com êxito também o imaginário corrente de que estes povos pertencem ao passado, sobre o que não há razão mais equivocada. Os Guaraní existem, subsistem e resistem.

Os múltiplos sentidos que podemos observar em suas migrações apontam para problemas históricos, sociais, econômicos, políticos, culturais e epistêmicos da maior relevância para o pensamento científico latino-americano e caribenho. No plano da garantia dos direitos aos povos indígenas, muito há por ser transformado em seu favor, incluindo a capacidade de maneira geral das sociedades não indígenas em aprender a conviver com as diferenças existentes em nossa região, reconhecendo-as, valorizando-as e assegurando seus territórios, riquezas e direitos em sentido amplo, de modo a beneficiar esses povos.

A percepção corrente sobre as fronteiras dos Estados nacionais mudaria de maneira substantiva se as migrações internacionais fossem observadas na América Latina e Caribe a partir da cosmovisão Guaraní, por exemplo, sendo esta uma questão que espera por estudos de ainda maior profundidade e alcance. Em todo caso, é preciso lembrar que a história e a historiografia de nossa região estão neste sentido entre as nossas melhores aliadas.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BARRAGÁN, Federico Morales. Cohesión territorial: un marco de referencia para el estudio de las fronteras. In: ACOSTA, Willy Soto (editor). **Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio**. Heredia, Costa Rica: CLACSO, IDESP, Universidad Nacional de Costa Rica, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, vol. 1. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Território extinto: análise dos discursos e práticas Guarani sobre as terras tragadas por Itaipu Binacional. **Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, PR, pp. 87-106, 2018.

CAMPOS, Marden; MARQUES, Denise. **Migrações internacionais de indígenas em áreas de fronteiras**: aportes para o estudo do fenômeno no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; CANALES, Alejandro [et. al.]. **Migrações fronteiriças**. Campinas, SP: NEPO/ Unicamp, 2018.

CÁRDENAS, Linda Osiris González; WEBBER, Maria Aparecida. Quando o “outro” está em casa: mobilidade guarani na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. **Iberoamérica Social**: revista-red de estudios sociales IX, pp. 39-54, 2018.

COSTA, Rogério Haesbart da. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CUNHA, José M. P.; BAENINGER, Rosana. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. Salvador, Brasil. **Caderno CRH**, Vol. 18, núm. 43, enero-abril, pp. 87-101, 2005.

DEPRÁ, Giseli. **O lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra**: representações na imprensa do oeste do Paraná. Dissertação de mestrado em História [UFGD], 2006. Dourados, MS.

DOS SANTOS JUNIOR, Edson. Espacio-temporalidad en las migraciones: indígenas guarani en conflicto con el desarrollo antidemocratico o desarrollismo. Foz do Iguaçu, Paraná. **Revista Orbis Latina**. Vol. 8, n.º 2, pp. 136-150, 2018.

DOTA, Ednelson M.; QUEIROZ, Silvana N. Migração interna em tempo de crise no Brasil. São Paulo. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Vol. 21, N. 2, mai-ago, pp. 415-430, 2019.

ENGELS, Friedrich. **El Anti-Dühring o “la Revolución de la Ciencia” de Eugenio Dühring**: introducción al estudio del socialismo. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1970.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRIMSON, A. **Interculturalidad y comunicación**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2000.

GUANAES, S. O Estado nacional e as políticas desenvolvimentistas: “o cerco articulado” contra os Guarani na Tríplice Fronteira Sul. **Tessituras**, vol. 3, nº 1, pp. 307-336, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [versão digital e não paginada, distribuída como cortesia].

HORII, Angélica Karina Dillenburg. Território Guarani na tríplice fronteira: fragmentos que resistem no espaço-tempo. **Revista Faz Ciência**. Vol. 16, nº 24, jul-dez, pp. 121-141, 2014.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 13-31, 2000.

MARX, Karl. Prefácio. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Materiales para la historia de América Latina**. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1972.

MELIÀ, Bartolomeu. El “modo de ser” Guaraní en la primera documentación Jesuítica (1594-1639). **Revista de Antropología** (USP), Vol. 24, maio de 1981, pp. 1-24.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional, séculos XVI-XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

MOYA, José. Um continente de imigrantes: transformações pós-coloniais no hemisfério ocidental. **Cadernos AEL: Imigração**. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 15, n. 27, pp. 213-253, 2009.

PINTO, Filipe Novaes. **A terra sem mal e os males da terra**: um estudo dos conflitos sobre território indígena à luz da antropologia jurídica. **Revista Dilemas**, Vol. 11, Nº 1, janeiro-abril de 2018, pp. 127-151.

PIRES, Daniel Luiz Ignacio. Economia Ilegal e Geografia. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

Projeto Pesquisadores Guarani no Processo de Transmissão de Saberes e Preservação do Patrimônio Cultural Guarani - Santa Catarina e Paraná, agosto de 2014 e novembro de 2015. **Guata Porã - Belo Caminhar**, São Paulo, 2015. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GIL00015.pdf> Acesso em 23 de novembro de 2020.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

ROCHA, Elaine Pereira. Canal de desvio: os Avá-Guarani e a construção da Itaipu Binacional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Vol. 12, nº 2, pp. 49-85, 2018.

SASAKI, Elisa; ASSIS, Gláucia de O. Teoria das migrações internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP**, Caxambu, 2000.

VARGAS, Fábio aritimunho. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da Pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Caderno de Leituras**, Nº 65, série Intempestiva. Colóquio Questões indígenas: ecologia, terra e saberes ameríndios. Lisboa, 2017/ Belo Horizonte: Edições Chão de Feira, 2017, pp. 1-9.

Recebido em: 17/03/2020
Aprovado em: 18/12/2020